SindijudiciárioES

CENTELHA

INFORMATIVO DO SINDIJUDICIÁRIO - ES – 17/12/2019

Favor entregar o informativo ao Delegado Sindical para que ele dê ampla divulgação do mesmo

SINDIJUDICIÁRIO ACOMPANHA TRAMITAÇÃO DA PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Na manhã de ontem (16) foi dada entrada na mensagem nº 250/2019, oriunda do Governo do Estado, que está tramitando na Assembleia Legislativa do ES (ALES) como o Projeto de Lei Complementar nº 64/2019, que trata da alteração das Leis Complementares nº 282/2004 e nº 46/1994, que modificam as regras do regime próprio de previdência do Estado do Espírito Santo. O encaminhamento desse projeto é uma sequência da tramitação da PEC nº 27/2019, que se transformou na Emenda Constitucional nº 114.

Com isso, o governo do estado está dando continuidade à alteração da Reforma da Previdência do Estado do Espírito Santo. O Sindijuciário-ES acompanha a tramitação desse projeto (**clique aqui**), que pode entrar em votação ainda hoje, diante do pedido de urgência feito, ontem às 19h59min, pelo líder do governo.

Também ontem (16) o sindicato protocolou requerimento ao governador, ao presidente da ALES e a todos os Deputados Estaduais alertando acerca do pedido de suspensão dos efeitos da Emenda Constitucional nº 114, em razão das irregularidades de tramitação, o que está sendo discutido no processo nº 0037520-34.2019.8.08.0000, onde o sindicato ingressou como terceiro interessado na última quinta-feira (12).

Diante da ausência de manifestação, na manhã de hoje, dia 17, o Sindicato interpôs uma ação inibitória (**clique aqui**), no plantão judiciário, para suspender a tramitação do PLC 64/2019 em razão da discussão da irregularidade da tramitação da PEC 27/2019 (EC 114/2019).

O Sindijudiciário-ES defende que qualquer tramitação desse projeto de Lei Complementar nº 64/2019 pode ser temerário, pois se a Emenda Constitucional cair, provavelmente o projeto também cairá.

É importante ressaltar que desde o início das discussões de aumento de alíquota e da elaboração da PEC, estamos buscando de todas as maneiras uma abertura de diálogo com o governo a fim de que o mesmo não repita os erros anteriores. Por isso, reiteramos que o diálogo sugerido seja feito por meio de debates e audiências públicas para que a reforma ocorra da maneira mais democrática possível, onde o servidor, que é a parte mais afetada possa ser ouvido de fato.

POR TODOS OS NOSSOS DIREITOS

A Diretoria